

Os ciclos econômicos do capital e a ação intervencionista anticíclica do estado na economia brasileira

Palavras-Chave: Ciclos Econômicos, Capital, Estado

Jucelino Pereira Luna¹

Constitui-se objetivo central deste texto analisar sucintamente o movimento dos ciclos econômicos como inerente à lógica do capitalismo enquanto modo de produção e reprodução da existência dos homens. Movimento de criação e recriação dos mecanismos próprios de ampliação e acumulação do capital, as crises do capitalismo são entendidas como um movimento de opositividade (negação e afirmação), crise e recuperação, e este movimento prossegue quase ininterruptamente, no interior do modo de produção capitalista. Estes mecanismos contratendentes constituem-se no elemento impulsivo desse modo de produção. Outro objetivo que pretendemos atingir é compreender como se desdobram os ciclos econômicos, e suas respectivas crises e mecanismos de recuperação no contexto das economias centrais e periféricas e, em particular, na economia brasileira.

O estágio de desenvolvimento do capitalismo nos países centrais parece ser historicamente mais evoluído, com mecanismos de desenvolvimento próprios, em que as forças produtivas assumem um estágio superior de avanço em relação aos países periféricos, com ampliação relevante das bases de reprodução e de acumulação de capital. Por isso, os ciclos econômicos são de ondas longas e, na fase de recuperação, o capital passa por um estágio de organização e rearticulação no sentido de expandir as bases do modo de produção capitalista, enquanto, nos países periféricos, e, particularmente, na economia brasileira, o surgimento do capitalismo na fase de industrialização significa uma necessidade para a expansão do capitalismo central. Sendo assim, os países periféricos são convertidos em espaços geo-econômicos de acumulação do capital imperialista. Nesse sentido, no Brasil periférico, o capital privado não assume o desenvolvimento capitalista, e, sim, o Estado-desenvolvimentista-deficitário, exercendo a função de agente econômico promotor da acumulação e do enriquecimento privado, subsidiando, incentivado e socorrendo o capital privado nos períodos de crise.

Dessa forma, a intervenção do Estado nas economias periféricas e, em particular, na economia brasileira assume uma dimensão anticíclica, manifestada na ação do Estado de recriação dos mecanismos de recuperação nos períodos de crise dos ciclos, em detrimento de políticas econômicas deficitárias e da exclusão social de parcelas expressivas da sociedade.

O desenvolvimento dos ciclos econômicos na economia brasileira esteve voltado para a recomposição dos mecanismos de acumulação de capital privado, com uma participação efetiva do Estado, tanto na fase do capitalismo agrário-oligárquico, como na fase do capitalismo industrial. A transição do capitalismo agrário-exportador para o industrial, na economia brasileira, é marcada pelas mudanças nas bases do processo de acumulação de capital, em sintonia com a expansão do capital imperialista nas economias centrais, que passam a exigir mudanças nas bases desse processo. Dessa forma, o Brasil é

¹ Mestre em Economia Rural e Regional pela UFPB, Professor Titular de Economia Política da Universidade Estadual da Paraíba (jpluna@zipmail.com.br).

obrigado a efetuar mudanças nas suas forças produtivas centradas, nesse contexto, no capital agrário, para relações capital-trabalho, baseadas na industrialização, para atender ao ritmo da acumulação imperialista. Nesta fase de mudanças nas bases do processo produtivo, o Estado aparece com uma participação muito forte, assumindo uma postura industrialista e desenvolvimentista. O Estado favorece a acumulação de capital privado, agindo dessa forma anticíclicamente.

O papel desempenhado pelo Estado desenvolvimentista na economia brasileira, ao longo da História, foi de promotor da acumulação de capital privado, favorecendo e incentivando a especulação do capital privado financeiro parasitário. Atualmente, essa função não foi deixada de lado, ela apenas sofre uma transmutação. O que está ocorrendo é um processo de recriação de novas formas, visando à acumulação de capital privado, de acordo com Xavier (1995), *"a desestatização ou a privatização da propriedade estatal"*, o que resulta num processo de privatização em larga escala, e no entreguismo do patrimônio estatal aos agentes privados.

De acordo com Xavier (1995), a atuação do Estado no Brasil resulta na superação negativa do capital pelo Estado, o capital cria e recria as novas formas de acumulação, no final de cada ciclo econômico, visando a ampliação das bases de acumulação capitalista, viabilizando e dinamizando o enriquecimento dos capitais privados, em detrimento da exclusão social da miséria social e da "barbarização".

Portanto, fica claro que a ação desempenhada pelo Estado assume um caráter anticíclico. No momento em que os capitais privados se deparam com crises, o Estado intervém, recompondo os mecanismos de dinamização e viabilização de sua reprodução. Ao contrário, os riscos do desenvolvimento econômico são assumidos pelo Estado, que impulsiona o processo de acumulação dos capitais privados, em detrimento do afloramento da exclusão social de parcelas expressivas da sociedade, tornando esta a marca característica do desenvolvimento capitalista nas economias periféricas.

Ao contrário, quando o Estado encontra-se em crise o capital privado migra massivamente para outras regiões na busca de atividades que lhe proporcionem maiores rendimentos, na esfera financeira-especulativa, alimentada pelo Estado, gerando ativos monetários para o pagamento das dívidas. Dessa forma, o Estado cria formas fictícias para a reprodução e acumulação do capital privado através da financeirização. No momento em que se esgotam as possibilidades e as condições de garantir a reprodução do capital privado, seja na esfera produtiva seja na financeira, o Estado passa a utilizar-se do mecanismo de desestatização do seu patrimônio, entregando a preços vis o patrimônio construído historicamente pela sociedade.

Os ciclos econômicos no modo de produção capitalista, têm a função de recompor as formas de apropriação e acumulação da riqueza e alavancar o processo de acumulação de capital. Na aparência, as crises no modo de produção capitalista não significam a sua destruição, pelo contrário, nas crises reconstituem-se os mecanismos de recriação de novas formas do processo de acumulação. É da natureza do modo de produção capitalista a tendência às crises, através delas é permitido o processo de reorganização das forças produtivas para impulsionar uma nova fase de acumulação de forma mais intensiva.